ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DE

PAREDES DE COURA

ATA N.º 01/2020
(Mandato 2017/21)

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2020

CONTÉM 11 PÁGINAS

ATA N.º 01/2020 (MANDATO DE 2017/2021) DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 21 DE FEVEREIRO, INICIADA ÀS 21H00 E CONCLUÍDA ÀS 21h45.

Sumário Páginas

= ABERTURA = 3

= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA = 4

LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA 4

APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES 4

INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS 5

ORDEM DO DIA 10

INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICIPIO 10

LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS 11

LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS 11

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO 11

= ENCERRAMENTO = 11

= ABERTURA =

No dia vinte e um do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de José Augusto de Brito Pacheco, secretariado por Luísa Maria Gomes de Castro e Perfeita Barreiro de Araújo Esteves, primeira e segunda secretárias, respetivamente, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 02 de dezembro, convocada pelo edital do dia 10 de fevereiro do ano de dois mil e vinte.----------

Registou-se a falta dos seguintes membros: Palmira Ribeiro da Costa (PS); Laurentino Manuel Pereira Alves (Independente), presidente da união das freguesias de Cossourado e Linhares; que nos termos legais, procederam à respetiva justificação.----------

Efetuada a chamada registou-se a presença dos seguintes membros: José Augusto Brito Pacheco (PS); Luísa Maria da Costa Gomes de Castro (PS); Manuel Pinheiro Monteiro (PS); João Manuel da Cunha (PPD/PSD); Perfeita Barreiro Araújo Esteves (PS); Joaquim Felgueiras Lopes (PS); Filipe Alexandre Barbosa Ferreira (PS); Iolanda Maria Cerqueira Pereira (PS); Ricardo Carlos de Sousa Marinho (PPD/PSD); Eduardo Daniel Esteves Cerqueira (PS); José Augusto Amorim Oliveira (PS); Palmira Ribeiro da Costa (PS); Celina Araújo de Sousa (PCP/PEV); Sónia Guida da Silva Araújo (PPD/PSD); Elisabete Dantas Afonso Rodrigues (PS), Tiago Filipe Soares Castro de Sousa (PS); Rosalina Maria Barbosa Martins (PS), Jorge Santos da Rocha (PS), presidente da junta da freguesia de Agualonga; Celestino Rodrigues (PS), presidente da junta da freguesia de castanheira; Luís Miguel Barbosa Montenegro (PS), presidente da junta da freguesia de Coura; Manuel Lopes Fernandes (PS), presidente da junta da freguesia de Cunha; Bruno Miguel Amorim Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Infesta; Armando Alves Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Mozelos; Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS), presidente da junta da freguesia de Padornelo; José Alberto Rosas Mota (PS), presidente da junta da freguesia de Parada; António José de Sousa Alves (PS), presidente da junta da freguesia de Romarigães; David Jorge Pires Saraiva (Independente) presidente da junta da freguesia de Rubiães; Sérgio Miguel Barbosa da Costa (PPD/PSD), presidente da junta da freguesia de Vascões; Armando Ferreira Feijó (PS), presidente da união das freguesias de Bico e Cristelo; António Soares Gonçalves Pereira (PS), presidente da união das freguesias de Formariz e Ferreira; Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS), presidente da união das freguesias de Insalde e Porreiras; Cláudia Isabel de Morais Pires de Lima (PS), presidente da união das freguesias de Paredes de Coura e Resende.----------

Do presidente da Câmara – Vítor Paulo Gomes Pereira, e dos vereadores: Tiago Manuel Pereira da Cunha (PS); Maria José Brito Lopes Moreira (PS); Vítor Manuel Rosas da Silva (PS) e Sérgio de Sousa Caselhos (PS).----------

Substituições:----------

Laurentino Manuel Pereira Alves (Independente), presidente da união das freguesias de Cossourado e Linhares (UF) foi substituído por Maria Manuela Fernandes Soares Brandão, secretária da UF.----------

= **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =**

O Presidente da Assembleia, verificando haver *quorum,* declarou aberta a sessão. ----------

LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA

Ponto n.º 1 – Leitura do expediente, bem como dos anúncios que o regimento impuser, discussão e votação da ata da sessão ordinária realizada no dia 19 de dezembro de 2019. ----------
A proposta de ata da sessão anterior, oportunamente distribuída e dispensada de leitura, depois de submetida à votação foi aprovada, por unanimidade.----------
Não participaram na votação os membros que não estiveram presentes na reunião a que a ata respeita: António José de Sousa Alves (PS), presidente da junta da freguesia de Romarigães; António Soares Gonçalves Pereira (PS), Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS), presidente da junta da freguesia de Padornelo.----------

APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES

Ponto n.º 2 – Apresentação de assuntos relevantes para o Município e a emissão de votos e moções.----------
Perfeita Esteves, na qualidade de representante da Assembleia Municipal na Comissão Proteção Crianças e Jovens (CPCJ), informou da existência de reunião das comissões Alargada e Restrita da CPCJ, em 29-01-2020, em que foram apresentados o Plano e o Relatório de Atividades de 2019 e aprovados, por unanimidade.----------
Forneceu informação acerca do volume de processos em 31/01/2019, num total de 36 processos, tendo transitado 18 de 2018 e, em 2019: instauraram 14, reabriram 4 e arquivaram 6, em fase liminar e 17 em fase pós-liminar. Transitaram para o ano de 2020, 13 processos.----------

Quanto ao Plano de Atividades, informou da sua aprovação global e de que as atividades concretas, nomeadamente "Mês de Intervenção dos Maus Tratos na Infância" e outras datas comemorativas serão definidas e planeadas, mais pormenorizadamente, numa próxima reunião de que, posteriormente, serão prestadas informações a esta Assembleia.----------

INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS

Ponto n.º 3 – Interpelações ao Presidente da Câmara Municipal.----------

Celina Araújo (PCP/PEV) teve intervenção sobre o tema da segurança rodoviária, dizendo que: "Têm surgido, nos últimos meses, vários casos na imprensa relativos ao transporte de crianças. O que me fez deparar com duas situações muito caricatas no nosso concelho:----------

Primeira: O município gasta €166 725,00/ano no transporte das crianças do 1º ciclo por ano letivo. Este valor foi adjudicado por concurso público com publicidade internacional em 2017, mas a empresa que o faz parece desconhecer o código da estrada e o município também não está muito interessado com a segurança das nossas crianças. As crianças de 1º ciclo são transportadas sem qualquer tipo de sistema de retenção, mais vulgarmente conhecido como cadeirinhas. Sendo certo que cabe à empresa responsável pelo transporte acautelar essa situação e às autoridades zelar pelo cumprimento da lei, pergunto-me se o município vai fechar os olhos a esta situação e rezar para que não aconteça uma fatalidade. Vamos uma vez mais permanecer imparciais como no caso dos trabalhadores da *Kyaia* ou exigir perante a Empresa de Transportes Courense que cumpra o código da estrada e coloque sistemas de retenção adequados nos *minibus* que fazem o transporte das crianças do 1º ciclo?----------

A segunda situação prende-se com o transporte das crianças do pré-escolar no autocarro do município. Este tem realmente sistemas de retenção (bancos elevatórios), mas que infelizmente não são adequados ao peso e idade das crianças. Crianças em idade pré-escolar devem, segundo o regulamento ECE R44, ser transportadas em cadeiras do grupo 1 dos 9 aos 18 kg, desde os 12 meses até aos 3 ou 4 anos (aproximadamente) e grupo 2, dos 15 aos 25 kg, desde os 3 anos até aos 7 anos (aproximadamente). Espero que este alerta não implique o cancelamento de atividades para as crianças do pré-escolar, mas sim o investimento em sistemas de retenção adequados.----------

Para terminar, queria ainda questionar o executivo sobre o estado da candidatura intermunicipal que estava a ser equacionada há algum tempo para beneficiação do Canil Intermunicipal. As últimas informações que recebi referem que o canil não está a dar resposta aos pedidos, há uma lista de espera de 300 animais e o presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo já defende o abate de cães assilvestrados que venham a ser recolhidos".----------

O Presidente da Câmara referiu que estes assuntos que estão mais relacionados com as áreas de atuação quer do vereador Tiago Cunha, quer da vereadora Maria José Moreira, a quem passaria a palavra. ----------

E continuou afirmando que "não adianta fazer demagogia, não adianta comparar o incomparável, todas as pessoas sabem que a atitude que tomamos em relação à *Kyaia* não é uma atitude fácil, mas não fugimos às nossas responsabilidades e nunca iremos cavalgar nenhuma onda de populismo e de demagogia. ----------

Aquilo que afirmamos na última reunião, e as pessoas perceberam o nosso ponto de vista, é que estamos aqui para defender o interesse dos trabalhadores através da criação de postos de trabalho e de novas ofertas de trabalho, obviamente para os trabalhadores de Paredes de Coura. Agora, tomar posição quando existem associações sindicais, quando existem corporações, entidades responsáveis para o efeito, só acontece com pessoas que gostam de cavalgar a onda. Mas eu acredito firmemente na democracia. As pessoas, brevemente, terão a possibilidade de, novamente, manifestarem a sua opinião e nós assumimos os riscos. Não contem aqui com pessoas que não dizem a verdade, pessoas que não são diretas, mas sim com pessoas que defendem o interesse de Paredes de Coura de forma intransigente. No campeonato do populismo já há o "Chega" e, portanto, nós não vamos entrar à "Chega". Digo isto de uma forma viva e de uma forma convicta, que é muito fácil governar, é muito fácil propor, é muito fácil interferir, sem muitas vezes, medir as consequências ou sem existir um orçamento. Portanto aqui vocês já sabem que a atitude da Câmara é uma atitude responsável é uma atitude muitas vezes objetiva e que muitas vezes até pode gerar alguma incompreensão, mas nós estamos aqui para defender os interesses de Paredes de Coura de uma forma objetiva, de uma forma concreta. Depois, as pessoas avaliam e nós sujeitamo-nos a essas avaliações. ----------

Em relação ao canil, passaria a palavra ao Vereador Tiago e depois à Vereadora Maria José, que pode falar em relação aos transportes".----------

Tiago Cunha – Vice-presidente, referiu que o canil é um problema que se fez sentir nas entidades aquando da transição desta lei de uma forma tão drástica, sem haver tempo para adaptação das estruturas existentes, com a proibição do abate, que seria necessário e aconselhável criar uma estrutura de resposta conjunta com todos os municípios que fosse mais eficaz, e foi essa a que nós apelamos na altura.----------

Fizemos uma proposta escrita, através da CIM, para juntar todos os valores dos vários municípios e conseguirmos com esse valor estimular e adaptar o funcionamento do canil intermunicipal, que não responde apenas ao distrito de Viana do Castelo, de forma a aumentar a capacidade e a melhorar as condições para os animais. Infelizmente, isso não foi possível por uma razão que não envolve o município de Paredes de Coura e acredito que, a curto prazo, não seja possível. ----------

Então a candidatura a que a Dra. Celina se está a referir, neste momento, está apenas perspetivada para a intervenção de esterilização dos animais – e é esse o trabalho que tentamos fazer com a associação "Acode Animais" e, ultimamente, com algumas dificuldades que aqui não vêm ao caso, com uma associação de Vila Nova de Cerveira, que tem tido intervenção cá e creio que já temos um pedido de reunião. ----------

Se o objetivo da pergunta era de facto perceber qual é o trabalho que está a ser executado, como tem sido este trabalho de acompanhamento e de maior proximidade, não existe uma estrutura. É um facto. Ou não existe uma ampliação dessa estrutura, mas acho que, a curto ou a médio prazo, ela é inevitável. É o que me parece e já fiz sentir isso junto da CIM. Se achamos que é algo exclusivamente de Paredes de Coura, eu responderei certamente que não. Só faz sentido gerir estas situações em larga escala e não foi por acaso que foi decidido fazer um canil intermunicipal de modo a dar uma resposta conjunta de maximização de esforços e de racionalização de recursos. Não faz sentido que cada município tenha um canil municipal quando um canil intermunicipal pode perfeitamente responder. ----------
Quanto à decisão de parar os abates e à questão que referiu de um outro presidente de câmara, não nos revemos em qualquer posição que não respeite os direitos dos animais, mas acho importante repensar as medidas legislativas sem base real que passam por tomar uma posição legal e querer resolver um problema por decreto. Isso nunca foi um bom princípio. Eu acho que a situação atual apenas reflete um bocadinho essa postura um pouco precipitada da lei de proibição dos abates. Se calhar seriam circunstâncias para um outro tempo.----------

Celina Sousa – PCP/PEV na sequência da intervenção do Vice-presidente questionou: "Então foi feita a candidatura aos meios propostos pelo Governo, para a esterilização ao nível do concelho, certo?"

Tiago Cunha – Vice-presidente, respondeu: "Certo, foram feitas várias candidaturas".----------

Celina Sousa – PCP/PEV, continuou a sua intervenção voltando a questionar: "Relativamente à questão que falava do abate, por exemplo, no que falou o presidente da câmara de Viana dos cães assilvestrados, já há concelhos, no caso não seriam concelhos, mas seria o conjunto de concelhos que o canil serve, que têm estruturas para receber esses animais sem ter que recorrer ao abate, mas também não os colocar em *boxes* porque são animais com características diferentes de um cão doméstico. No caso, por exemplo, penso que seja Matosinhos e Sintra, já têm algum tipo de resposta que não o abate. Só para deixar este reparo". ----------

Tiago Cunha – Vice-presidente, respondeu: "Não está em causa o abate e nunca esteve aqui em Paredes de Coura".----------

Celina Sousa – PCP/PEV, referiu: "Ele veio apelar para que no distrito se fizesse isso".----------

Tiago Cunha – Vice-presidente respondeu: "Creio que disse. Nós não nos revemos em nenhuma posição".----------

Celina Sousa – PCP/PEV, referiu: "Mas estava a dizer que devia ser repensada a lei". ----------

Tiago Cunha – Vice-presidente, esclareceu: "Não, eu não disse isso. O que disse foi que a típica decisão portuguesa de resolver os problemas por decreto, sem pensar na realidade, nunca teve bom resultado, foi isso que eu disse, e o que eu quis dizer com isso de uma forma expressa foi: se eu digo que não me revejo nas posições que não respeitem os direitos dos animais, sou claro em relação à questão dos abates, mas também acho que, quando se toma uma medida, no mínimo dá-se meios financeiros para adaptar equipamentos com uma resposta adequada. Foi exatamente isso que eu quis dizer, sendo claro estamos de acordo em relação a melhorar a resposta conjunta, criar condições para isso e obviamente evitar os abates." ----------

Celina Sousa – PCP/PEV, informou: "Mas deixo só esta nota: há zonas do país onde têm sido criadas essas opções".----------

Maria José Moreira – Vereadora interveio referindo que **"**relativamente à questão que foi colocada sobre os transportes e sobre o sistema de retenção, permita-me que diga, em primeiro lugar, no que diz respeito ao autocarro municipal, é usada a cadeira elevatória porque não há mais nenhum sistema que seja possível utilizar no autocarro. É impossível utilizar outro género de cadeiras sendo que a cadeira elevatória é usada por alunos que têm entre os 3 e os 5/6 anos e o peso é, em princípio, a partir dos 15 quilos. Dentro do que é possível, tudo fazemos e fizemos para prevenir e para transportar sempre os alunos na cadeira elevatória. Na altura, essa questão foi colocada também à ETC, que nos apresentou um parecer que dizia que essas empresas não estavam obrigadas a usá-la. Eu tive exatamente a mesma discussão, consultei a autoridade de transportes e a mesma nada esclareceu.----------
O tema foi inclusivamente alvo de alguma polémica dentro das próprias forças de segurança. Havia equipas que nos davam uma opinião e outras equipas que davam opinião diferente. O que é certo é o que a empresa nos informou e, de facto é verdade, sempre que são parados não são multados. Sei que é um assunto que causa dúvidas, pois preocupa-me bastante, estou constantemente a colocar essa questão, mas não obtenho uma resposta definitiva. Há membros das forças de segurança que dizem que as empresas contratadas também estão obrigadas, há outros que dizem que não, precisamente, porque são transportes que são utilizados para várias situações e, sendo assim, não podem usar o devido sistema de retenção, até porque não são carros equipados para isso e têm sim o cinto de três pontos que, segundo nos informam, é o mais indicado para a criança. Não vou dizer que temos todas as certezas, faça-se entender, mas a verdade é que vou trazer todos os esclarecimentos que nos foram

dados e a resposta que nos foi dada pela empresa e, obviamente, vou continuar a insistir. Este ano, vamos precisamente lançar um novo concurso público e essa questão será novamente abordada e eu espero que se consiga o banco elevatório que é o apropriado também para as crianças do 1º ciclo. De resto, posso garantir que a segurança das crianças é sempre uma prioridade para nós. Fazemos todos os esforços, aliás comprámos as cadeiras elevatórias para o autocarro e, inclusivamente, sempre que os alunos saem em visita de estudo colocamos essas mesmas cadeiras. Relativamente ao transporte dentro do concelho, nas carrinhas em que é efetuado, a empresa garante-nos e apresenta-nos o parecer de que tal não é necessário. De qualquer forma, agradeço muito a pergunta, acho que é uma questão pertinente, estamos atentos e vamos insistir na questão para ver se definitivamente nos dão esclarecimentos cabais".----------

Celina Sousa – PCP/PEV respondendo referiu: "Então eu vou tentar explicar o que consegui apurar perante a GNR e seguindo o Código da Estrada. O transporte coletivo de crianças equipara-se ao transporte individual, ou seja, é a mesma coisa que transportá-las num carro. Uma coisa é quando nós pegamos numa criança e vamos para um autocarro que faz uma carreira, outra coisa é quando são autocarros que fazem exclusivamente o transporte de crianças e, nesse caso, se for para entrarmos numa carreira aí não será preciso, a lei dispensa, mas se for para carrinhas ou minibus, ou o que seja, que fazem transportes exclusivo de crianças, a lei exige que assim faça, por isso, tal como tem sido noticiado, há professores, educadores, auxiliares a serem multados por causa disso. Depois eu sei perfeitamente que os cintos do autocarro municipal só têm um ponto de colocação, não permitem outro tipo de cadeiras, mas se calhar isso devia ser equacionado na altura e as crianças do pré-escolar, muitas delas, ainda não têm 15 quilos. Por isso, um banquinho elevatório não é propriamente solução.----------
A nível europeu, tem saído a regra 44 que vai regulamentando o transporte de crianças e que Portugal como outros países tem adotado. Portugal não tem adotado tão rapidamente como noutros países, como por exemplo, em Espanha, o banco elevatório deixou de ser permitido para crianças, independentemente da idade desde que tenham menos de 12 anos ou que tenham menos de 1,35m, têm de ter, também um apoio nas costas. Cá, ainda é permitido o banco elevatório, mas vocês arriscam-se a que sejam parados por outra corporação que não a de Coura e, por exemplo, numa ida à praia, que tenham uma visão diferente da GNR do concelho. E isso já aconteceu com várias instituições até aqui de perto de nós que foram multadas, porque os meninos do pré-escolar iam em bancos elevatórios".----------

Maria José Moreira – Vereadora, respondeu: "Quando referi a questão dos bancos elevatórios não tinha exatamente a ver com o sistema de retenção que era o único que existia na altura, mas com a colocação dos bancos com costas, dois bancos não cabem. É mesmo uma questão prática e relativamente à questão da GNR, não falo da GNR de Paredes de Coura, falo da GNR de outros concelhos.----------
-

Mesmo assim agradeço a questão e vamos continuar a investigar. A própria autoridade de transportes não deu uma resposta sobre isso, a GNR deu duas respostas diferentes, como disse. É uma questão que eu compreendo perfeitamente e vamos continuar a investigar, com toda a certeza”.----------

Joaquim Felgueiras Lopes (PS): “Tomando conhecimento de comunicação que dá conta de mudança de local de trabalho de uma médica da Unidade Local de Saúde de Paredes de Coura, a mesma demonstrou vontade de ser transferida para o Centro de Saúde de Valença. Neste contexto, solicitei a intervenção do presidente da Câmara, por entender que a médica é uma boa profissional e muito conceituada junto da população courense”.----------
Solicitou, ainda, que o sistema de som colocado nas ruas da vila fosse reparado, principalmente para o verão, tendo em conta algumas falhas.----------
Alertou também para a circunstância das lâmpadas nos candeeiros de iluminação pública fundirem passado pouco tempo após a sua substituição e nessa sequência questionou se o problema é da qualidade das lâmpadas ou da instalação elétrica.----------
Por fim, repudiou a forma agressiva como o Secretário Geral do Sindicato dos Professores tem tratado o Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, na Comunicação Social.----------

Daniel Cerqueira – (PS): Alertou para os problemas derivados da acumulação de águas pluviais no parque de estacionamento do Centro de Saúde do concelho, bem como para a falta de luz pública na zona envolvente ao edifício, onde não há nenhum candeeiro ligado, problemas para os quais solicitou resolução por parte do município, uma vez que criam dificuldades ao pessoal que trabalha no Centro de Saúde e aos utentes do mesmo. ----------
Solicitou também a atenção do município para os passadiços de madeira existentes nas Portas do Corno de Bico e entre o Largo Hintze Ribeiro e a Av. Cónego Bernardo Chouzal, que estão escorregadios e carecem de tratamento.----------
Por fim, lançou o convite aos membros para estarem presentes no 1º Festival de Tunas de Paredes de Coura, a realizar do Centro Cultural, a cargo da Associação Cultural da Vila.----------

O Presidente da Câmara, respondendo ao membro do PS referiu: ter tomado nota e que iria intervir nas situações em que podia fazê-lo. ----------

ORDEM DO DIA

INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICIPIO

Ponto n.º 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da sua situação financeira, nos termos da alínea c), nº 2, art.º 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro. ----------

Presidente da Câmara: Referiu que ao nível da Câmara tem sido feito um esforço significativo para haver fôlego financeiro e que a dívida tem vindo a descer, obviamente. De forma muito concreta e de

forma objetiva, no entanto, aumentou ligeiramente para enquadrar o valor de um milhão e seiscentos mil euros, para o acesso à Zona Industrial de Formariz. ----------
Informou ainda que a Declaração de Utilidade Pública (DUP) já foi despachada pelo Secretário de Estado e que, logo que seja publicada em Diário da República, ultrapassadas uma ou duas situações ainda pendentes, a execução da ligação está pronta a avançar.----------

LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Ponto n.º 02 –Tomar conhecimento da listagem de compromissos plurianuais assumidos de 01-12-2019 a 31-12-2019, no âmbito da autorização genérica da Assembleia Municipal de 16-11-2018, em cumprimento do estipulado na alínea c) do artigo 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.------
A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Ponto n.º 3 –Tomar conhecimento da listagem de compromissos plurianuais assumidos de 01-01-2020 a 31-01-2020, no âmbito da autorização genérica da Assembleia Municipal de 19-12-2019, em cumprimento do estipulado na alínea c) do artigo 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.-------
A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Ponto n.º 04 - Intervenção do público. ----------
Não houve intervenções. ----------

= ENCERRAMENTO =

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo presidente e pelas secretárias. ----------
-